

Perimetral. A Codesp anunciou ontem que iniciará, na segunda quinzena do mês, a segunda etapa das obras de melhoria da infraestrutura viária da Margem Direita do Porto de Santos, na região do Saboó. Está prevista a readequação do sistema viário.

portomar@atribuna.com.br

Porto & Mar

Impasse nas obras de acesso ao Porto

Convênio firmado entre Codesp e Estado para elaboração do projeto das obras federais na Entrada de Santos termina e não é renovado

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

Enquanto a Prefeitura de Santos já iniciou suas obras na entrada da Cidade e o Governo do Estado estuda uma forma de viabilizar sua parte nos trabalhos com a prorrogação da concessão da Ecovias, que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), a parte federal ainda não saiu do papel. O convênio entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) e a Dersa para o desenvolvimento do projeto de um novo acesso viário ao Porto de Santos expirou e não foi renovado no prazo.

União, Estado e Município assinaram um convênio para realizar intervenções na entrada da Cidade. No total, elas deverão custar R\$ 378 milhões, a serem divididos entre as três esferas do poder. No entanto, por conta da crise econômica, a União ainda não sinalizou quando a verba será liberada.

O projeto das intervenções que Brasília fará nos acessos ao Porto ficou sob a responsabilidade da Dersa, a partir de um convênio com a Codesp. No entanto, o prazo contratual se esgotou antes da entrega dos estudos.

Executivos da Docas informaram que a estatal trabalhava na renovação do convênio. No entanto, as tratativas não avançaram. A Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo (à qual a Dersa é ligada) informou que as partes ainda negociam os próximos passos, mas não especificou se um novo convênio será firmado.

A pasta estadual também não explicou qual será o futuro do projeto. Ao analisar a parte portuária do estudo em elaboração pela Dersa, a Codesp concluiu que ela não eliminava completamente o problema de acesso ao complexo marítimo. O motivo é que esse estudo – que custou R\$ 15 milhões, divididos entre a estatal e o Governo do Estado – contempla, na região sob a responsabilidade

da Docas, apenas a ampliação da capacidade de tráfego do acesso já existente – o Viaduto da Alemoa. Não está previsto um novo caminho às instalações da Margem Direita.

Diante disso, a Autoridade Portuária pediu que os estudos em andamento contemplem a inclusão de uma nova alternativa viária ao cais santista. A necessidade de um segundo acesso ficou ainda mais evidente após o incêndio que atingiu os tanques da Ultracargo, na Alemoa, em abril do ano passado. Na ocasião, o Viaduto da Alemoa precisou ser interditado e todo o Porto sofreu as consequências da medida de segurança.

Até o pedido da Codesp, o projeto viário tinha como objetivo encontrar soluções para a melhoria na capacidade viária do atual acesso ao Porto. O estudo foi idealizado para eliminar os gargalos enfrentados pelo tráfego de caminhões na entrada da Cidade.

Está prevista a construção, pela União, de uma alça no Viaduto da Alemoa a ser destinada aos caminhões que seguem da Rodovia Anchieta com destino ao cais. A ideia é

que os veículos não precisem passar da faixa da direita para a da esquerda antes de acessar a passagem.

Com essa intervenção, os caminhões que descem o Viaduto da Alemoa, com destino à Rodovia Anchieta, não precisarão acessar a alça existente. Com isso, também não será necessária a troca de faixas.

Também foi projetada a implantação de um segundo viaduto de acesso ao Porto. Ele ligará o Retão da Alemoa ao viaduto original. Isso eliminará a rotatória na via e os caminhões que estiverem saindo do Porto terão como opção todas as faixas da Avenida Augusto Scaraboto (continuação do viaduto na Alemoa).

ESTADO E MUNICÍPIO

Diferentemente da parte federal, a estadual no empreendimento já tem suas obras definidas. Serão três as intervenções: a retificação da Pista Sul da Anchieta, com interligação das vias marginais sob o novo viaduto do Km 65; a construção de um novo equipamento de conexão entre as marginais da rodovia, no Piratininga; e a implantação de uma nova saída no viaduto da Alemoa, sentido Planalto.

A Administração Municipal ficou responsável pela interligação em desnível da Avenida Nossa Senhora de Fátima à Via Anchieta e pela interligação da Marginal Sul da rodovia com a Rua Júlia Ferreira de Carvalho, por meio de uma ponte sobre o Rio São Jorge. Procurada, a Codesp não respondeu aos questionamentos até o fechamento da edição.



Docas defende mais um acesso rodoviário à região portuária, além do Viaduto da Alemoa (na foto)

CARLOS MOQUEIRA